



**ANAIIS DO
ATELIÊ
DOCTUM**

2025

ISSN 3085-8143

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INFLUENCIADORES MÍDIAS: FAMA, DIREITOS E CUIDADOS	4
RESPONSABILIDADE PENAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PROTEÇÃO DO ECA E OS DESAFIOS DA IMPUTABILIDADE	5
ALIENAÇÃO PARENTAL: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	6
ALIENAÇÃO PARENTAL: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	7
A SAÚDE DA MULHER E TODOS OS SEUS ASPECTOS	8
POLÍTICAS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	9
A RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO	10
A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: EMPODERAMENTO FEMININO	11
MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL: ANÁLISE DE DADOS E PERSPECTIVAS DOUTRINÁRIAS	12
AS MULHERES NO JUDICIÁRIO E NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS PROFISSIONAIS E O PAPEL DO DIREITO NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE.	13
CONSUMO CONSCIENTE E SUSTENTABILIDADE	14
CRISE AMBIENTAL E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	15
DIREITOS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16
ECONOMIA VERDE E EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL	18
MINERAÇÃO, CRIMES AMBIENTAIS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	19

DIREITO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	20
ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA, DEFENSORIA PÚBLICA E GARANTIA DE DIREITOS	21
CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS	22
HABEAS CORPUS - O QUE É? QUANDO UTILIZÁ-LO?	23
RECURSOS NO PROCESSO PENAL - APELAÇÃO	24
ACESSO À JUSTIÇA E EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA	25
MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS NA SERRA	26
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS QUE FORAM AFETADAS PELA BARRAGEM DE MARIANA	27
ASSOCIAÇÃO DAS BANDAS DE CONGO DA SERRA (ABC)	28
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	29
PROTEÇÃO JURÍDICA DO ARTESANATO LOCAL	30
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	31
DIREITOS HUMANOS E SISTEMA CARCERÁRIO	32
MULHERES TRANS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENAL	33
ENCARCERAMENTO FEMININO	34
POPULISMO PENAL	35
RACISMO E SISTEMA PENAL	36
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	37
IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	38

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que a Rede de Ensino Doctum apresenta os Anais do Ateliê Doctum, referentes à edição realizada no encerramento do primeiro semestre letivo de 2025.

Mais do que um evento acadêmico, o Ateliê Doctum reafirma-se como espaço de construção coletiva do saber, promovendo o encontro entre docentes, discentes e membros da comunidade, em torno de temas que atravessam e desafiam o ensino contemporâneo. Esta edição teve como norte a interface dos objetos de estudo com os grandes dilemas e transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas que marcam nosso tempo.

Os trabalhos ora publicados são resultado desse ambiente de diálogo interdisciplinar e engajado, e evidenciam a vitalidade da articulação entre ensino-pesquisa-extensão como eixo estruturante da formação acadêmica e cidadã. Cada texto reflete o compromisso de pensar o impacto social das atividades desenvolvidas dentro das salas de aula para além de suas fronteiras tradicionais, abrindo-se ao novo, ao diverso e ao urgente.

A Rede Doctum agradece aos autores e autoras por suas relevantes contribuições, à comissão organizadora pelo empenho e à comunidade acadêmica e externa pela participação ativa.

Convidamos, assim, leitoras e leitores a se debruçarem sobre estas páginas com olhar atento e espírito crítico, certos de que encontrarão aqui importantes elementos para aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais em diálogo com múltiplos campos do saber.

Victor Freitas Lopes Nunes

Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

INFLUENCIADORES MIRINS: FAMA, DIREITOS E CUIDADOS

Autores(as): Ana Júlia Souza, Diogo Santos, Francisco Henrique, João Henrique, Kaique Thiersch, Lucas Roberto, Nariely Elizabeth, Raissa Elen, Sofia Souza Samara, Jéssica Helena Braga Araújo, Rodrigo Mendes Cardoso, Deivide Júlio Ribeiro, João Paulo Rei de Deus

RESUMO

Com o avanço das tecnologias e a popularização das redes sociais, tornou-se comum a presença de crianças e adolescentes atuando como influenciadores digitais. Produzindo conteúdos sobre jogos, moda, rotina e entretenimento, esses jovens conquistam grande audiência, visibilidade e, muitas vezes, remuneração. No entanto, essa nova forma de atuação expõe a infância a riscos importantes, como a superexposição, a exploração comercial e o comprometimento do bem-estar emocional e psicológico. A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da atuação de influenciadores mirins no ambiente digital, com foco nos aspectos legais, éticos e sociais envolvidos. Utilizou-se o método dedutivo, partindo de princípios normativos gerais como a CLT, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e decretos posteriores para compreender como essas normas se aplicam aos casos atuais. Os resultados apontam a necessidade urgente de regulamentação específica, que garanta a proteção dos direitos da criança frente à atuação digital. Verificou-se que, sem fiscalização adequada, há risco de exploração, desvio dos lucros e danos à saúde mental dos menores. O trabalho conclui que a fama digital não deve se sobrepôr ao direito ao desenvolvimento saudável e à vivência plena da infância. É necessário que plataformas, famílias e autoridades atuem de forma conjunta para garantir segurança, ética e equilíbrio nesse novo cenário.

Palavras-chave: Infância; Influenciadores digitais; Trabalho infantil; Proteção; Ética digital.

RESPONSABILIDADE PENAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PROTEÇÃO DO ECA E OS DESAFIOS DA IMPUTABILIDADE

Autores(as): Alana Almeida Reis, Samara Aparecida Martins, Izabella Fernandes Vilela, João Antônio Rodrigues Leite, Kerolaine Cristina Cecilio Alves, Raica Elisângela Martins Cotta, Jéssica Helena Braga Araújo, Rodrigo Mendes Cardoso, Deivide Júlio Ribeiro, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

A pesquisa discute os critérios legais de responsabilização da criança e do adolescente, a medida socioeducativa em razão das privativas de liberdade, a relação entre liberdade, autonomia e imputabilidade penal e autonomia em desenvolvimento dos adolescentes. Rever a maioridade penal é abordado, analisando os dois lados, ou seja, argumentos a favor e contra, contudo, também sob influência da reincidência e do crime juvenil, as políticas públicas de prevenção e ressocialização são devidas alternativas mais eficazes para o retorno da reivindicação juvenil. A aplicabilidade das medidas socioeducativas, conforme está previsto no ECA, é explicada, considerando-a a abordagem mais adequada e eficaz por conta da complexidade de adolescente, uma vez que se trata de política de educação e reabilitação ao invés de punição. Assim, a conclusão é que a redução da maioridade penal não é uma alternativa para a criminalidade juvenil. Assim, a maior reflexão deve fazer-se das políticas que priorizam a prevenção e ressocialização, incentivando-se a menos reincidência e promoção do retorno saudável ao sistema social dos adolescentes infratores. Assim, a relação destes deve incidir no investimento de numerosas políticas públicas de prevenção e ressocialização visando a prisão de jovens infratores para que a sociedade possa, de fato, ser justa e segura para todos cidadãos.

Palavras-chave: Imputabilidade penal. Maioridade penal. Medidas socioeducativas. Crime juvenil. Ressocialização.

ALIENAÇÃO PARENTAL: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Autores(as): Bárbara Cristina, Deisiele Lourdes, Eduardo Kaique, Julia Vitória, Kyerlisson Gabriel, Mariana Alves, Mariana Geralda, Natália Cristina, Raica Miranda, Jéssica Helena Braga Araújo, Rodrigo Mendes Cardoso, Deivide Júlio Ribeiro, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

As crianças e adolescentes devem ser protegidos em seus lares, promovendo seu desenvolvimento seguro e uma convivência saudável com seus genitores e familiares. Temos a legislação que contempla e estuda a dinâmica familiar em suas realidades diversas. Quando surgem os conflitos que podem macular esta relação, a legislação vigente busca solucioná-los. Um destes conflitos é a alienação parental, caracterizada pelo discurso desfavorável e ofensivo referente a um genitor, além de ações que provocam seu distanciamento e perdas nesta relação. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - (Lei no 8.069/1990) tornou-se o marco legislativo para interpretação da Lei contra a Alienação Parental (Lei no 12.318/2010), coibindo condutas que coloquem em risco este vínculo, gerando, inclusive sanções para o alienador. Tem-se por objetivo, entre outros, dar conhecimento destas legislações e ações do Direito às pessoas que sofrem neste contexto. Utilizou-se a metodologia com base na análise crítica de leis e estudos de Gardner para classificar o sofrimento psicológico e problemas de relacionamento entre pais e filhos e crianças afetadas pelo sofrimento advindo da alienação parental, além da Teoria Crítico-metodológica proposta por Miracy Barbosa de Souza Gustin. Os resultados demonstraram que estas legislações operam no sentido de proteger as infâncias e adolescências, visando garantir que elas sejam vividas de forma plena, sem nenhum prejuízo aos menores contemplados por elas, configurando-se como um dever das famílias, sociedade e Estado.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Legislações. Alienação Parental. Família.

ALIENAÇÃO PARENTAL: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Autores(as): Alexandra Melo Coutinho, Arthur Gomes Siqueira, Carla Emanuele Campos, Carina Krohling Araújo, Gemy Henrique Lima Nunes, Ingrid Emanuele da Silva dos Santos, Marcelly Augusta, Matheusmartins Leão, Pedro Augusto dos Santos Ferreira, Pedro Lucas Madeira da Silva, Vinícius Caldeira Peixoto Souza, Jéssica Helena Braga Araújo, Rodrigo Mendes Cardoso, Deivide Júlio Ribeiro, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

A alienação parental ocorre quando um dos responsáveis induz o menor a rejeitar o outro genitor, comprometendo sua saúde emocional. Esse comportamento é reconhecido no Brasil pela Lei nº 12.318/2010, que define práticas, como dificultar o contato com o outro genitor e desqualificá-lo, como formas de alienação. As consequências são graves, afetando o desenvolvimento emocional, os relacionamentos interpessoais e o desempenho escolar da criança. A legislação brasileira também aborda o tema em outras leis, como o ECA (Lei nº 8.069/1990), a Lei nº 13.431/2017 — que a classifica como violência psicológica — e a Lei nº 14.340/2022, que reforça os direitos da criança à escuta especializada. Embora a alienação parental ainda não configure crime, há o projeto de lei nº 3.179/2023, que tramita no Congresso Federal para definir multas como penalização. A integração entre legislações mostra a gravidade do problema, demandando ações conjuntas entre o judiciário, a assistência psicossocial e a sociedade. A conscientização e atuação rápida são essenciais para proteger o vínculo afetivo da criança e garantir seus direitos fundamentais. Entretanto, ainda há outros dois projetos de Leis em tramitação (nº 2.812/2022 na Câmara dos Deputados e nº 1.372/2022 no Senado) que busca a revogação das Legislações sobre Alienação Parental, com a justificativa do mau uso delas por abusadores e causadores de violência doméstica, onde a utiliza como forma artilosa de conseguir a guarda, mesmo a criança também sendo vítima deste. É necessário fazer um amplo debate social para melhorar o ordenamento jurídico e garantir a proteção das crianças.

Palavras-chave: Alienação-parental; Violência-psicológica; Direitos da criança; Legislação brasileira; Desenvolvimento emocional.

A SAÚDE DA MULHER E TODOS OS SEUS ASPECTOS

Autores(as): Érica Madeira Candido, Fernando Henrique Rolla Figueiredo, Gustavo Henrique de Castro Bonfim, Isabelli Lage Costa, João Vitor Gabriel Oliveira Freitas, Leila de Lourdes Madeira de Oliveira, Marcos Vinicius Rodrigues, Maria Eduarda Pelinsari de Sena Gomes Alves, Mateus Mendes Figueiroa da Silva, Ozania Aparecida de Oliveira, Pedro Henrique dos Santos, Sâmela Stefani Vital Lourenço, Walisson Alex Souza Mattos, Yasmin Vitória Ferreira da Silva, Juliano Sepe Lima Costa, Jéssica Helena Braga Araújo, Fabiano Thales de Paula Lima, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Deivide Júlio Ribeiro, Amaral Roque Bueno.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão realizada através de inúmeras pesquisas, com base em diferentes artigos científicos, livros acadêmicos e sites oficiais, para alcançar diversidade de informações e complementações onde serão abordadas questões relacionadas à saúde da mulher. Os objetivos que nortearam a pesquisa foram um conjunto extenso de precariedade da saúde das mulheres, sendo assim, motivo de evolução e alcance das políticas públicas para as mulheres à saúde. A importância dessa pesquisa propunha informar para a sociedade a relevância que tem a saúde e seus projetos de ajuda. Conclui-se que é fundamental promover uma abordagem integrada, holística e baseada em evidências na promoção da saúde da mulher, garantindo o respeito aos seus direitos reprodutivos, autonomia e dignidade. Somente assim será possível construir um futuro onde todas as mulheres brasileiras tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade e possam viver vidas saudáveis, plenas e autônomas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Direitos da mulher. Igualdade. Saúde.

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Autores(as): Ana Júlia Muniz Barreto, Ana Luíza Fraga Fernandes, Gabriel Lana Santos Veloso, Iago Arthur Fênix Brandão, Lais de Cássia Dos Santos Barros, Philippe Abidão de Carvalho, Raissa Mara Silva Nunes, Samuel Silva Almeida, Juliano Sepe Lima Costa, Jéssica Helena Braga Araújo, Fabiano Thales de Paula Lima, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Deivide Júlio Ribeiro, Amaral Roque Bueno.

RESUMO

A violência contra a mulher é uma das mais graves violações de direitos humanos e continua a ser um problema alarmante no Brasil. Dados recentes revelam que, em 2024, mais de 21 milhões de brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência, o que equivale a 37,5% das mulheres do país. Entre os casos mais graves, destacam-se os feminicídios, com uma mulher sendo assassinada por questões de gênero a cada 17 horas. A maioria das agressões ocorre no ambiente doméstico, sendo os principais agressores parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Além disso, a violência assume diferentes formas, como física, psicológica e sexual. Em 2024, foram registrados cerca de 71.892 casos de estupro e mais de 258 mil agressões decorrentes de violência doméstica. Esses números refletem não apenas a magnitude do problema, mas também as desigualdades estruturais que afetam principalmente mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar dos esforços para reduzir esses índices por meio de políticas públicas e campanhas de conscientização, o desafio persiste. A subnotificação dos casos e a dificuldade de acesso a mecanismos de proteção agravam ainda mais a situação. Assim, o enfrentamento à violência contra a mulher exige uma mobilização conjunta da sociedade e do Estado para garantir segurança, justiça e igualdade para todas as mulheres.

Palavras-chave: Violência; Feminicídio; Segurança.

A RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO

Autores(as): Camila Vitória Santos da Silva, Erick Brenner Afonso Pimentel, Gracielle Alexandre Silva, Hilary Santos Verônica, Júlia Ingrid Carneiro Trindade, Laura Martins Barbosa Gomes, Marcus Vinicius Teixeira, Maria Eduarda Gomes Socorro Ferreira, Juliano Sepe Lima Costa, Jéssica Helena Braga Araújo, Fabiano Thales de Paula Lima, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Deivide Júlio Ribeiro, Amaral Roque Bueno.

RESUMO

A ressocialização de mulheres privadas de liberdade no Brasil é um processo complexo que envolve fatores estruturais, sociais e culturais. Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas mulheres no sistema prisional e identificar possibilidades para uma reintegração social digna. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise de dados institucionais e visita técnica à APAC feminina de Rio Piracicaba/MG, onde foram observadas práticas humanizadas e entrevistas com colaboradoras e uma recuperanda. O estudo revelou que, embora existam políticas públicas como a Lei de Execução Penal e programas como o “Começar de Novo” e o selo “Resgata”, ainda há lacunas significativas quanto ao acesso à educação, ao trabalho, à saúde e ao apoio psicológico para as mulheres encarceradas. Além disso, o preconceito social e a ausência de suporte familiar dificultam a reinserção após o cumprimento da pena. Por outro lado, a metodologia aplicada nas APACs, baseada na valorização da dignidade humana, demonstrou eficácia na redução da reincidência criminal e na reconstrução de trajetórias pessoais. A experiência na APAC de Rio Piracicaba reforça a importância de políticas públicas voltadas à transformação do sistema prisional, destacando o papel da educação, do trabalho e do acolhimento emocional como instrumentos de mudança. Conclui-se que a ressocialização só será efetiva com o envolvimento do Estado, da sociedade e da iniciativa privada, e com a superação dos estigmas que ainda recaem sobre as mulheres egressas do sistema prisional.

Palavras-chave: Ressocialização, Mulheres, Sistema Prisional, Políticas Públicas, APAC.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: EMPODERAMENTO FEMININO

Autores(as): Lidiane da Conceição Cota Freitas, Cibele Cristina de Souza Freitas e Italo Ayala Aparecido Moreira, Juliano Sepe Lima Costa, Jéssica Helena Braga Araújo, Fabiano Thales de Paula Lima, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Deivide Júlio Ribeiro, Amaral Roque Bueno.

RESUMO

O projeto “A mulher no mercado de trabalho: empoderamento feminino”, desenvolvido por acadêmicos do curso de Direito da Rede de ensino Doctum em João Monlevade contextualiza a permanência de desigualdades de gênero no ambiente laboral, apesar de avanços legislativos e sociais. A pesquisa parte do entendimento de que transformações econômicas e políticas públicas têm ampliado a presença feminina no mercado, mas barreiras estruturais como desigualdade salarial, segregação ocupacional e dupla jornada persistem. Sendo que, o objetivo central do estudo é identificar os desafios enfrentados pelas mulheres na inserção e permanência no mercado de trabalho, discutir a importância do empoderamento feminino para o crescimento profissional e apontar políticas públicas e ações corporativas voltadas à equidade de gênero. Nesse contexto, a metodologia adotada incluiu análise bibliográfica fundamentada em autoras como Scott, Saffioti e Lombardi, levantamento de dados estatísticos de instituições como DIEESE, IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego, além de entrevista com representante do Sebrae/MG, destacando o programa “Sebrae Delas”, como incentivo ao empreendedorismo feminino e autonomia econômica. Como prática extensionista, ações de divulgação em redes sociais e rádios locais foram realizadas com foco na conscientização comunitária. Portanto, os principais resultados revelam que, mesmo com maior escolarização, mulheres recebem em média 21% a menos que os homens e continuam concentradas em setores subvalorizados. Conclui-se que a promoção da equidade exige não apenas mudanças legais, mas a transformação de estruturas culturais e institucionais sustentadoras da desigualdade.

Palavras-chave: Empoderamento feminino, Mercado de trabalho, Desigualdade de gênero, Políticas públicas, Empreendedorismo.

MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL: ANÁLISE DE DADOS E PERSPECTIVAS DOUTRINÁRIAS

Autores(as): Izabela Cristina, Thamires Silva, Adriano Neves, Edward Lana, Eder Lúcio, João Victor Rodrigues, Gabriel Otávio, Maria Júlia, Sophia Menezes, Juliano Sepe Lima Costa, Jéssica Helena Braga Araújo, Fabiano Thales de Paula Lima, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Deivide Júlio Ribeiro, Amaral Roque Bueno.

RESUMO

O crescimento exponencial da população carcerária feminina no Brasil a partir dos anos 2000 posicionou o país em terceiro lugar no ranking mundial. Segundo Silva, Lima e Zambam (2024, p. 110): “Em dezembro de 2023, o total de mulheres encarceradas, incluindo prisão domiciliar, alcançou o número de 46.604 mulheres”. No entanto, as unidades prisionais foram projetadas para homens, resultando em reiteradas reveladas de direitos fundamentais das mulheres encarceradas. Uma reformulação do sistema prisional para atender às especificidades femininas é urgente, dada a violação sistemática de direitos humanos. O Estado deve implementar políticas que assegurem a dignidade, saúde, higiene e bem-estar das mulheres privadas de liberdade, garantindo um sistema prisional humanizado e condizente com os princípios fundamentais garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino; Direitos Humanos; Tráfico de Drogas; Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas.

AS MULHERES NO JUDICIÁRIO E NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS PROFISSIONAIS E O PAPEL DO DIREITO NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE.

Autores(as): Alexandre Hosken Latorre; Amanda Vitória Roberto de Sousa; Ana Livia de Araújo Santana; Beatriz Caetano Gomes; Brenda Celebrini Rodrigues Herculano; Clara Rodrigues Lopes; Gabriela da Costa Alves; Leonardo Gomes Sampaio Filho; Lhorrany Mendes da Silva; Maria Isadora Souza Campos; Rhafaela Silva Valente; Ruth Graciana Oliveira; Sabrina Guilherme Martins Albergaria, Juliano Sepe Lima Costa, Jéssica Helena Braga Araújo, Fabiano Thales de Paula Lima, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Deivide Júlio Ribeiro, Amaral Roque Bueno.

RESUMO

O projeto analisa a inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho e, especificamente, no sistema judiciário brasileiro, contextualizando as desigualdades de gênero presentes nesse cenário. O objetivo da pesquisa é compreender os desafios estruturais e históricos que dificultam o acesso, a permanência e a ascensão das mulheres em cargos de liderança no Judiciário, em decorrência de uma cultura patriarcal arraigada e barreiras institucionais. Para tanto, a metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica e documental, aliada à análise de dados estatísticos recentes sobre a presença feminina no mercado jurídico e no Poder Judiciário, além do exame crítico de teorias e estudos sobre desigualdade de gênero e políticas afirmativas. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legislativos e institucionais, persistem fortes obstáculos à equidade, evidenciando sub-representação feminina em posições de poder e influência. Ademais, ressalta-se a importância da implementação efetiva de políticas afirmativas e medidas de incentivo à participação feminina, não apenas para promover a justiça social, mas também para fortalecer a democracia e a representatividade no sistema judiciário. A pesquisa conclui que a superação dessas barreiras requer ações integradas e contínuas, que considerem tanto as dimensões sociais quanto culturais que moldam a desigualdade de gênero no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero. Mercado de Trabalho. Mulheres. Políticas Afirmativas. Sistema Judiciário.

CONSUMO CONSCIENTE E SUSTENTABILIDADE

Autores(as): Ana Clara Ramos ; Maria Eduarda dos Santos; Jessica Jeane de Oliveira; Vitória Marques Cadeira Dias; Gabrielly Aisha Fernandes Cunha; Júlia Guttemberg dos Santos Mayrink; Lavinia Araujo dos Santos Carvalho e Silva ; Luara Ferreira Azevedo Márcia Fernanda Corrêa Faria, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Francisco Henrique Otoni de Barros, João Paulo Rei de Deus, Alexandro Pastorini.

RESUMO

Este Projeto Integrador tem como principal objetivo a construção de um texto informativo sobre o tema e Meio. A proposta foi desenvolvida dentro da dinâmica da disciplina, com a intenção de produzir conteúdos que tenham um caráter extensionista, ou seja, que possam dialogar diretamente com a sociedade e contribuir para a produção de conhecimento coletivo. O nosso grupo ficou responsável por abordar o tema Consciente e trazendo uma apresentação conceitual sobre o assunto. O consumo consciente envolve a adoção de hábitos mais responsáveis na hora de consumir, considerando os impactos que nossas escolhas geram no meio ambiente, na economia e na vida em sociedade. Já a sustentabilidade está ligada à ideia de preservar os recursos naturais para as gerações futuras, promovendo um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social. O material foi pensado para provocar reflexão sobre os hábitos de consumo e incentivar atitudes mais conscientes e comprometidas com a preservação ambiental e a justiça social. Como parte da divulgação do tema, os integrantes do grupo também fizeram postagens em suas redes sociais, ampliando o alcance da mensagem e estimulando o debate entre seus seguidores. A construção do texto é extremamente relevante, tanto para o aprofundamento do conhecimento quanto para a promoção da educação ambiental junto à sociedade. O tema do nosso grupo, Consumo Consciente e Sustentabilidade, é de grande importância no cenário atual, pois propõe uma mudança de mentalidade frente aos desafios ambientais e sociais que enfrentamos. A reflexão sobre nossas escolhas cotidianas é um passo essencial para a construção de um futuro mais justo, equilibrado e sustentável.

Palavras-chave: Meio ambiente. Justiça ambiental. Desenvolvimento econômico. Consumo consciente.

CRISE AMBIENTAL E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Autores(as): Amanda Magalhães, Amanda Rodrigues, Ana Caroline Souza, Ana Laura do Carmo Custódio, Carlos Porto Gomes, Denise Miranda, Emile Gomes, Francieli Alves, Gabriel Braga, Gabriel Nery, Marcela Figueiredo, Marcia Costa, Pedro Lucas, Thameia Souza, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Francisco Henrique Otoni de Barros, João Paulo Rei de Deus, Alexandro Pastorini.

RESUMO

O presente trabalho integra as atividades do Projeto Integrador, cujo tema central foi o Direito Ambiental, e se desenvolveu por meio da construção de uma cartilha coletiva com caráter extensionista, elaborada a partir da colaboração entre os grupos da turma. Cada grupo ficou responsável por um recorte específico do tema principal, contribuindo para a produção de um material informativo e reflexivo voltado à conscientização da sociedade. Nosso grupo abordou a temática referente "A relação entre Crise Ambiental e Capitalismo Contemporâneo", realizando uma reflexão crítica sobre os impactos socioambientais provocados pelo capitalismo contemporâneo. A proposta pedagógica da disciplina favoreceu a produção de textos com potencial de circulação social, um produto extensionista voltado à conscientização da sociedade evidenciando a urgência da adoção de práticas sustentáveis. A partir da perspectiva do ecossocialismo, inspirada por autores como Michael Lowy e Joel Kovel, como a lógica de produção voltada exclusivamente ao lucro intensifica a exploração tanto da natureza quanto da força de trabalho, agravando as crises ecológicas e sociais. O ecossocialismo se apresenta, assim, como uma alternativa ao sistema vigente, propondo uma nova organização social baseada na justiça social e no respeito aos limites ecológicos do meio ambiente. É necessário fortalecer o Direito Ambiental e promover mudanças profundas, a participação da sociedade é fundamental para construir um futuro mais justo, equilibrado e sustentável para nós todos, só assim será possível cuidar da natureza e garantir uma vida melhor para todos nós.

Palavras-chave: Meio ambiente. Capitalismo. Justiça social. Ecossocialismo.

DIREITOS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Autores(as): Amanda Firmino de Souza Reis; Ana Laura da Silva; Beatriz Ferreira Martins; Camile Magalhães Reis; Keity Ellen Gonçalves Costa; Laís Emanuelle Dorneles; Marcelo Pereira de Souza; Vera Lúcia Barboza; Guilherme Figueiredo Correa; Gláucia Guimarães Miranda; Maria Eduarda Miranda da Silva; Marília de Almeida; Wagnara Pereira dos Santos, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Francisco Henrique Otoni de Barros, João Paulo Rei de Deus, Alexandro Pastorini.

RESUMO

Este projeto foi desenvolvido a partir da proposta pedagógica da disciplina Integrador que teve como objetivo final a produção de um texto informativo com caráter extensionista. A construção do material foi realizada de forma colaborativa, com base em uma abordagem jurídico-sociológica e fundamentada em revisão bibliográfica, refletindo o compromisso com a formação crítica e cidadã dos alunos. A temática geral do projeto é Direito e Meio Ambiente, reconhecendo que o debate sobre questões ambientais ultrapassa os limites do campo jurídico e se insere em um contexto mais amplo de direitos sociais, sustentabilidade e justiça intergeracional. O grupo ficou responsável por abordar o tema Direitos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, compreendendo-o como eixo central na discussão sobre os limites e as possibilidades de crescimento econômico aliado à preservação ambiental e ao bem-estar coletivo. O texto informativo elaborado apresenta grande relevância ao abordar de forma ampla e integrada diversas temáticas ligadas aos direitos ambientais e ao desenvolvimento sustentável, trazendo de forma simplificada e acessível temas centrais para a construção de um futuro sustentável. Ao tratar de assuntos como o consumo consciente, a economia verde, o empreendedorismo sustentável, os impactos da Mineração e crimes ambientais como os rompimentos de barragens em Minas Gerais, as áreas de preservação permanente, os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, o racismo ambiental e a proposta da sociedade do bem-viver, o material propõe uma reflexão profunda sobre os desafios enfrentados pela sociedade diante do modelo de desenvolvimento atual. Como alunos trazemos a responsabilidade de informar não apenas através de uma abordagem jurídica, mas com uma vertente social e consciente do trabalho que podemos desenvolver além dos muros da faculdade, traçando uma comunicação ostensiva capaz de estabelecer mudanças e diretrizes no meio comum. A temática abordada evidencia que esse progresso, muitas vezes orientado por uma lógica utilitarista, trata os recursos naturais como infinitos, ignorando os limites ecológicos e as consequências sociais e ambientais desse modelo de exploração. Diante de um cenário global marcado pela degradação ambiental e por profundas desigualdades sociais, a cartilha destaca a urgência de se repensar valores, práticas e políticas públicas, promovendo o equilíbrio entre

Projeto Integrador

progresso econômico, justiça social e preservação ecológica. Portanto, ao promovermos ações de conscientização e divulgação da cartilha favorecemos o desenvolvimento de uma convivência mais respeitosa entre ser humano, natureza e economia, dando um passo importante rumo à sustentabilidade e ao bem-estar global. Cada cidadão tem um papel a desempenhar na preservação do meio ambiente, sendo

Palavras-chave: Direitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Bem-estar.

ECONOMIA VERDE E EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

Autores(as): Ana Beatriz Aparecida Silva, Ana Laura Martins Soares, Ângelo Maurício Carvalho Teixeira, Leticia de Freitas Barbosa,, Maria Luísa dos Santos, Thamara Lima Bitarães Soares Silva, Vitória Rafaela de Souza Silveira, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Francisco Henrique Otoni de Barros, João Paulo Rei de Deus, Alexandro Pastorini.

RESUMO

O texto desenvolvido foi baseado na temática Direito e Meio Ambiente , proposta pela disciplina educacional Projeto Integrador V , que objetivou a construção de um texto informativo com abordagem extensionista. Nele, refletiu-se sobre o Empreendedorismo Sustentável, Economia Verde e a relevância de ambos conceitos, considerando o intuito da disciplina, da qual visa promover a interação entre a universidade e a sociedade, sendo o enfoque na seguinte pergunta: É possível uma economia verde, de fato, e um empreendedorismo sustentável? Em tese, a chamada Economia Verde surge como uma resposta prática e inovadora aos desafios socioambientais, ao propor negócios que integram responsabilidade ambiental, impacto social positivo e viabilidade econômica. Já o denominado Empreendedorismo Sustentável busca conciliar crescimento com a preservação ambiental. Será abordado como estes dois temas, de extrema importância, desdobram-se na prática e atual cenário social. Com base no nosso tema e todos os demais textos desenvolvidos por outros discentes, entendemos que nunca é tarde para que boas ideias se tornem populares; pois, as práticas, mesmo que mínimas, impactam nosso futuro. A tentativa de abrangência de governos em relação a essa economia, deixa uma pequena ponta de esperança para aqueles que acreditam que é hora da sustentabilidade ganhar espaço e também para os próprios governantes que obterão ainda melhor lucro com o novo investimento; entretanto podemos notar que a dúvida entre as raízes dos bens naturais a serem exploradas, valem tanto investimento com valores significativos. Concluimos, por fim, que para a implantação de uma nova visão, ainda que de grande ajuda, se faz necessário o estudo dos próprios governos e seus recursos financeiros com base na recompensa futura; a economia verde é sim incentivada mas não monetizada para seu sucesso.

Palavras-chave: Meio ambiente. Economia verde. Empreendedorismo sustentável.

MINERAÇÃO, CRIMES AMBIENTAIS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Autores(as): Alessandra da Silva Lima, Camile Vitória de Paula Bicalho, Dandara Alves de Andrade Pessoa, Deivid Roberto Alves, Jacheline Pacheco de Souza, Laysa Figueiredo De Carvalho, Luiza Vitória Gomes do Carmo, Pedro Henrique da Silva Brito, Vanessa Cristina Nepomuceno de Oliveira, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Francisco Henrique Otoni de Barros, João Paulo Rei de Deus, Alexandro Pastorini.

RESUMO

O Projeto Integrador tem como objetivo abordar criticamente os impactos socioambientais causados pela mineração, especialmente quando realizada de forma ilegal e sem o devido controle estatal. A proposta da disciplina envolveu uma dinâmica organizacional que incentivou a produção de conteúdos informativos com caráter extensionista, visando a sua divulgação junto à sociedade e promovendo, assim, a conscientização sobre temas de relevância pública. Durante o desenvolvimento do projeto, cada grupo ficou responsável por um tema específico, com o intuito de aprofundar a análise e propor soluções para os desafios enfrentados. Nosso grupo ficou responsável por investigar e produzir conteúdo informativo acerca dos impactos ambientais da mineração ilegal e os mecanismos legais existentes para sua responsabilização.. Conceitualmente, a mineração ilegal refere-se à extração de recursos minerais sem o devido licenciamento ambiental e fora dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Essa prática, além de violar normas jurídicas, gera sérias consequências ambientais, como o desmatamento, a poluição de recursos hídricos e a degradação do solo. A legislação brasileira, por meio de normas como a Lei 6.938/81 e a Lei 9.605/98, estabelece diretrizes claras para proteger o meio ambiente, responsabilizando civil e penalmente os infratores. No entanto, a persistência da mineração ilegal evidencia falhas nos sistemas de fiscalização e aplicação da lei, demandando um esforço conjunto entre governo, sociedade e instituições para promover a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável. A construção da cartilha permitiu a compreensão aprofundada de um dos grandes desafios ambientais do Brasil: a mineração ilegal. A atividade, além de causar danos irreversíveis à natureza, reflete falhas estruturais na aplicação da lei e na atuação do Estado como protetor dos bens ambientais. O projeto revelou-se essencial para estimular o pensamento crítico e engajado, especialmente entre estudantes de Direito, demonstrando a importância de tornar o conhecimento jurídico acessível e útil à sociedade. A produção e divulgação de conteúdos extensionistas, como a cartilha, são instrumentos poderosos na luta por justiça ambiental e pela efetivação dos direitos socioambientais.

Palavras-chave: Meio ambiente. Mineração. Impactos socioambientais.

DIREITO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Autores(as): Lucas Duarte Ferreira, Nayara Mayra Damasceno, Pedro Henrique Horta Santos, Simone Martins Miranda, Sofia Helena Rodrigues Caetana de Castro, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Matheus Bedetti Frade Barbosa Tavares, Fabiano Thales de Paula Lima, Renata Martins de Souza, Francisco Henrique Otoni de Barros, João Paulo Rei de Deus, Alexandro Pastorini.

RESUMO

Este trabalho integra as atividades do Projeto Integrador, que busca articular ensino, pesquisa e extensão por meio da produção de conteúdos informativos com impacto social. A proposta contempla a reflexão sobre a relação entre Direito e Meio Ambiente, especialmente no que tange às comunidades tradicionais brasileiras. Essas comunidades mantêm uma conexão profunda e simbiótica com o meio ambiente, na qual a natureza não é apenas recurso, mas elemento central de sua identidade cultural, espiritualidade e organização social. Tal realidade exige uma abordagem jurídica que reconheça seus direitos territoriais, culturais e ambientais, frente aos desafios impostos pelo desenvolvimento econômico e às demandas contemporâneas por sustentabilidade. A pesquisa possibilitou a análise crítica dos dispositivos legais que asseguram os direitos das comunidades tradicionais no Brasil, evidenciando os conflitos gerados pela exploração ambiental em seus territórios. O trabalho resultou na produção de um texto informativo, com base em revisão teórica e normativa, destacando a importância da consulta prévia, da proteção territorial e da valorização dos saberes tradicionais. O estudo contribuiu para o debate acadêmico sobre justiça ambiental e fortalecimento dos direitos socioambientais garantidos constitucional e internacionalmente.

Palavras-chave: Meio ambiente. Direitos fundamentais. Comunidades tradicionais.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA, DEFENSORIA PÚBLICA E GARANTIA DE DIREITOS

Autores(as): Brenda Repolês, Eder Silveira, Flavio Clésio, Gian Carlos, Ketelin Vitória, Lucas Philip, Luiz Henrique, Najida Aline, Nadia Cristina, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Eloá Monteiro de Barros, Alair Carvalho da Silva Junior, Fabiano Thales de Paula Lima, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

O presente trabalho extensionista tem como tema o acesso à justiça por meio da assistência jurídica gratuita e da atuação da Defensoria Pública, destacando o papel dessas instituições na promoção do acesso à justiça no Brasil. O trabalho em questão foi desenvolvido a partir da disciplina Projeto Integrador, a qual, possui como temática central o acesso à justiça. A disciplina foi organizada de forma colaborativa, com foco na produção de textos informativos extensionistas, visando levar conhecimento jurídico à população. O enfoque foi desenvolver o conteúdo relacionado à assistência jurídica gratuita à Defensoria Pública e a garantia de direitos, partindo da concepção de que a justiça deve ser acessível a todos, especialmente a população em situação de vulnerabilidade econômica. Conceitualmente, o acesso à justiça é um direito fundamental previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, o qual garante que todos possuem o direito de acessar o Poder Judiciário para obter respostas de suas pretensões, assim, o direito ao processo é assegurado como uma das garantias individuais constitucionais (Art. 5º, XXXV da CF/88). O Projeto Integrador buscou promover não somente visibilidade acerca de uma garantia constitucional, mas demonstrar que o acesso à justiça é um instrumento indispensável para a garantia dos direitos, da cidadania e da inclusão socioeconômica. Através de um produto informativo, simplificado e objetivo, o tema acesso à justiça por meio de assistência jurídica gratuita, destacou os mecanismos jurídicos que garantem direitos à todas as classes sociais no âmbito da Justiça. Destacando em suma, que o Judiciário é responsável por assegurar a igualdade, acessibilidade e segurança nos atos processuais, garantindo constitucionalmente o direito a todos. Por fim, o produto final se propõe a romper ciclos históricos de desinformação e desigualdades, reafirmando que o acesso à justiça é um alicerce do Estado Democrático de Direito. A proposta reafirma, conforme a Constituição, que a justiça deve ser justa e igualitária, visando garantias e direitos essenciais a todos.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Assistência jurídica. Defensoria Pública.

CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

Autores(as): Erinac Santos, Carolina Lage, Filipe Guimarães, João Victor, Kauan Vitor, Luan Brito, Maria Clara Pesce, Marina Vitória, Mayara Bittencourt, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Eloá Monteiro de Barros, Alair Carvalho da Silva Junior, Fabiano Thales de Paula Lima, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

O presente trabalho integra o Projeto Integrador da disciplina, que tem como proposta metodológica envolver uma abordagem dinâmica e colaborativa. Ao longo do semestre, foram organizados grupos de estudo com a finalidade de aprendizagem e produção de textos informativos com caráter extensionista, destinados a informar e conscientizar a sociedade sobre o tema "Acesso à Justiça e Princípios Processuais". Nosso grupo ficou responsável por abordar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, que representam fundamentos essenciais do devido processo legal, garantindo a efetiva participação das partes nos processos judiciais e administrativos. Conceitualmente, o contraditório é o direito de ser ouvido, de conhecer e responder aos argumentos apresentados, enquanto a ampla defesa assegura o uso de todos os meios legais para uma defesa eficaz. Esses princípios são instrumentos indispensáveis para a preservação dos direitos fundamentais e da justiça. A produção deste trabalho acadêmico e o estudo aprofundado sobre os princípios do contraditório e da ampla defesa reforçam a relevância da educação jurídica na promoção do acesso à justiça. Compreender esses princípios é essencial para garantir que o processo penal seja justo, equitativo e respeite os direitos das partes envolvidas. Nosso grupo contribuiu diretamente para esse objetivo ao abordar conceitos fundamentais que sustentam o devido processo legal e que são indispensáveis para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, o trabalho não apenas enriqueceu nossa formação acadêmica, mas também cumpriu seu papel extensionista, ao tornar o conhecimento acessível à comunidade.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Contraditório. Ampla defesa. Garantia de direitos.

HABEAS CORPUS - O QUE É? QUANDO UTILIZÁ-LO?

Autores(as): Braulio Wilker Silva de Almeida Lacerda, Giovanna Gomes Deodato Marques, Hariel Oliveira Prates, Ketly Lopes Martins, Maria Isabela Araújo Bicalho, Samara Rosa Siqueira, Sarah Rebeca Gomes de Araujo, Talita Emilia dos Santos, Thamires Arantes Machado, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Eloá Monteiro de Barros, Alair Carvalho da Silva Junior, Fabiano Thales de Paula Lima, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

Este projeto de extensão tem como objetivo principal o estudo aprofundado do instituto jurídico do Habeas Corpus, com foco em sua aplicação prática e relevância na garantia dos direitos fundamentais. O Habeas Corpus é uma ação constitucional destinada a proteger o direito de liberdade de locomoção sempre que alguém sofrer ou estiver na iminência de sofrer violência ou coação ilegal. Previsto no artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal de 1988, trata-se de um remédio jurídico essencial para a defesa da liberdade individual contra abusos de autoridade. A partir de uma abordagem jurídico-sociológica, busca-se compreender o papel desse instrumento no contexto do sistema de justiça brasileiro, bem como sua importância na proteção dos direitos fundamentais. Como produto final, foi elaborada uma cartilha informativa destinada aos estudantes da instituição, promovendo o acesso ao conhecimento jurídico de forma clara e acessível. O estudo do Habeas Corpus sob a ótica jurídico-sociológica permitiu compreender a importância desse instrumento como garantia fundamental da liberdade individual frente a abusos de autoridade e ilegalidades. A elaboração da cartilha informativa representa uma ação concreta de extensão universitária, que conecta o saber acadêmico à realidade social, promovendo o empoderamento jurídico dos estudantes. Assim, o projeto reforça o papel transformador da universidade na construção de uma sociedade mais consciente, justa e democrática.

Palavras-chave: Remédios constitucionais. Habeas Corpus. Liberdade de locomoção.

RECURSOS NO PROCESSO PENAL - APELAÇÃO

Autores(as): Ana Mendes, Dayane Luiza, Gabriela Ventura, Gabriela Mayrink, Isa Souza, Jonathas Mayrink, Karina Teodoro, Leonardo, Wallace Gandra, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Eloá Monteiro de Barros, Alair Carvalho da Silva Junior, Fabiano Thales de Paula Lima, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

O presente projeto integrador aborda a relevância dos recursos no processo penal brasileiro, com especial enfoque no recurso de apelação, e visa apresentar à população materiais informativos sobre o tema mencionado. Parte-se do pressuposto do reconhecimento da falibilidade humana e da imprescindibilidade de um controle crítico sobre as decisões judiciais, elementos que constituem pilares do sistema recursal. Nesse sentido, a apelação revela-se como instrumento essencial para assegurar a correção e a legitimidade das decisões proferidas em primeira instância, por meio de sua submissão a um juízo de reexame exercido por órgão jurisdicional superior, colegiado e, teoricamente, mais experiente. Trata-se, portanto, de uma garantia processual que fortalece os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e da segurança jurídica no âmbito penal. Percebe-se que a possibilidade de revisão das decisões judiciais é um pilar essencial do sistema processual, garantindo maior segurança jurídica e aprimoramento da prestação jurisdicional. Esse mecanismo assegura que eventuais equívocos possam ser corrigidos, fortalece a confiança no Poder Judiciário e reafirma o compromisso com a justiça e a efetividade do devido processo legal. É imprescindível manter a apelação como instrumento de controle e crítica das decisões, em nome da justiça e segurança jurídica.

Palavras-chave: Processo penal. Recursos. Apelação. Segurança jurídica.

ACESSO À JUSTIÇA E EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

Autores(as): Ana Clara Ferreira, Felipe Guerra Matias, Flávia Eduarda Figueiredo, Ícaro Souza Barros, Luciene Lázaro Moreira, Michele de Cássia Lima, Milene Katlin Santos, Márcia Fernanda Corrêa Faria, Eloá Monteiro de Barros, Alair Carvalho da Silva Junior, Fabiano Thales de Paula Lima, João Paulo Rei de Deus.

RESUMO

Este trabalho integra a disciplina de Projeto Integrador - Acesso à justiça, que tem como objetivo promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nosso grupo trabalhou o tema “execução provisória da pena no Brasil e na garantia de direitos fundamentais”, discutindo sobre seus impactos sociais e realizando a confecção de um texto informativo, trazendo uma postura reflexiva, além de informação e conscientização. A execução provisória consiste na possibilidade de início do cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, o que tem gerado intensos debates no cenário jurídico e político nacional. A discussão envolve o desafio de equilibrar a efetividade da justiça penal com a preservação de direitos constitucionais, especialmente o princípio da presunção de inocência, exigindo uma análise crítica e fundamentada sobre os limites e as garantias do devido processo legal. Em síntese, a execução provisória da pena no Brasil evidencia complexas contradições entre a efetivação da justiça criminal e a preservação dos direitos fundamentais dos apenados. A partir das contribuições teóricas de Foucault e das críticas de Aury Lopes Jr., bem como de episódios emblemáticos como o encarceramento do ex-presidente Lula, fica evidente que o sistema penal ultrapassa a mera aplicação de sanções, assumindo um papel disciplinar e regulador da subjetividade. Para que a execução penal cumpra seu propósito constitucional, é fundamental que se respeitem integralmente os direitos processuais e que o cumprimento da pena seja orientado não apenas pela punição, mas também pela reintegração social do condenado. Nesse sentido, produções como o filme Carandiru oferecem uma importante reflexão sociopolítica acerca das fragilidades e das dinâmicas internas do sistema penitenciário brasileiro, contribuindo para o debate acadêmico e para a construção de políticas públicas mais humanas, eficazes e alinhadas aos preceitos do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Execução provisória da pena. Papel disciplinar. Direitos fundamentais.

MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS NA SERRA

Autores(as): Daniely Nascimento, Anna Vitória Bento , Carla Eduarda Lopes , Agatha Oliveira, Alexandra Almeida, Ana Beatriz Menezes, Carlos Eduardo Frederico, Bernardo Dantas Barcelos, Eduardo Santos Arcos, Antonio Augusto Bonna, José Eduardo Balikian, Aline Vasconcellos

RESUMO

O trabalho aborda a trajetória e a importância dos movimentos sociais, com foco especial na atuação das mulheres negras no Brasil contemporâneo. Compara o movimento operário do século XIX com o feminismo negro, destacando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Analisa como o racismo e o sexismo estruturam a marginalização dessas mulheres, criticando a ausência de representatividade nos espaços de poder e no sistema jurídico. Destaca figuras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro e eventos como a Marcha das Mulheres Negras de 2015. Aponta as limitações da Lei Maria da Penha diante do racismo e propõe políticas públicas interseccionais como caminho para justiça social. Enfatiza que a presença de mulheres negras no Direito é essencial para uma justiça verdadeiramente democrática e plural.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Feminismo negro. Racismo. Sexismo. Democracia plural.

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS QUE FORAM AFETADAS PELA BARRAGEM DE MARIANA

Autores(as): Jaqueline Lorena Reis, Arielly Prata, Juliano Chaves, Gabriel Lucas Ferreira, Carlos Andreatta, Daniel Gomes, Bernardo Dantas Barcelos, Eduardo Santos Arcos, Antonio Augusto Bonna, José Eduardo Balikian, Aline Vasconcellos

RESUMO

O trabalho analisa a atuação dos movimentos sociais na defesa dos direitos das populações atingidas por barragens, com foco nos desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Aborda o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na formulação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), sancionada em 2023. Discorre sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos das tragédias, especialmente sobre os pescadores do Espírito Santo, enfatizando a importância da justiça restaurativa. Critica a Fundação Renova, criada pelas mineradoras, por sua atuação parcial e ineficaz. O estudo destaca a fragilidade do Estado na fiscalização, a desigualdade nas reparações e o protagonismo da Defensoria Pública e da sociedade civil organizada na busca por justiça e reparação efetiva.

Palavras-chave: Movimento do Atingidos por Barragens. Impactos ambientais, econômicos e sociais. Justiça restaurativa. Reparação.

ASSOCIAÇÃO DAS BANDAS DE CONGO DA SERRA (ABC)

Autores(as): Nayara L Barbosa, Wesley Florentina Vicente, Laudiceia Ribeiro, Bernardo Dantas Barcelos, Eduardo Santos Arcos, Antonio Augusto Bonna, José Eduardo Balikian, Aline Vasconcellos

RESUMO

O trabalho analisa a trajetória da Associação das Bandas de Congo da Serra (ABC-SERRA) como expressão de resistência cultural, inclusão social e salvaguarda do patrimônio imaterial capixaba. Fundada por Mestre Antônio Rosa em 1986, a entidade articula a preservação das tradições afro-brasileiras por meio de oficinas, bandas mirins e parcerias com o poder público. O texto contextualiza historicamente os movimentos sociais e culturais no Brasil, destacando o papel do congo na formação de identidades locais e no enfrentamento da exclusão. Aponta a importância do reconhecimento jurídico do congo pelo IPHAN e defende sua função educativa, social e cultural. O estudo conclui que a mobilização popular, quando organizada, é capaz de proteger tradições e transformar realidades.

Palavras-chave: Bandas de Congo. Patrimônio Imaterial. Resistência cultural.

SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Autores(as): Karolayne Martins Siqueira, Ana Carolina de Souza Vieira, Crislaine Corrêa Ramos, Emmilly vitória Freitas Xavier, Thayná Bernardo, Edson Gabriel Pires de Souza Muniz

Bernardo Dantas Barcelos, Eduardo Santos Arcos, Antonio Augusto Bonna, José Eduardo Balikian, Aline Vasconcellos

RESUMO

O trabalho discute a vulnerabilidade social enfrentada por estudantes beneficiados por políticas de cotas no ensino superior brasileiro, analisando os limites dessas ações afirmativas na promoção da verdadeira representatividade. Apesar dos avanços proporcionados pela Lei nº 12.711/2012, os cotistas ainda enfrentam barreiras estruturais, como discriminação, evasão e exclusão dos espaços de decisão acadêmica. O artigo compara experiências internacionais e ressalta a importância da inclusão não apenas numérica, mas também qualitativa. A pesquisa, de caráter bibliográfico, propõe medidas complementares como apoio psicológico, financeiro e acadêmico, além do incentivo à presença de cotistas em cargos de liderança. Conclui que a efetiva inclusão requer transformação institucional e cultural profunda.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Política de cotas no ensino superior. Ações afirmativas. Inclusão.

PROTEÇÃO JURÍDICA DO ARTESANATO LOCAL

Autores(as): Luiz Henrique Andrade Barros, Fabíola Martins Vidal, Sabryna Barboza De Oliveira, Sthefany Cristina Viana Da Silva, Yasmin de Jesus Nascimento Cordeiro, Isabela Perini Teixeira, Bernardo Dantas Barcelos, Eduardo Santos Arcos, Antonio Augusto Bonna, José Eduardo Balikian, Aline Vasconcellos

RESUMO

O trabalho analisa a proteção jurídica do artesanato local como expressão cultural e patrimônio imaterial, com foco no Espírito Santo. Destaca as influências indígenas, afro-brasileiras e europeias nas técnicas artesanais e a importância econômica e identitária dessa atividade. Apresenta marcos legais como a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), a Lei Chico Prego (Serra/ES) e o reconhecimento do artesão como Microempreendedor Individual (MEI). O texto também aborda os desafios enfrentados pelos artesãos, como burocracia, plágio e desvalorização cultural. Conclui defendendo políticas públicas efetivas, registro das criações e incentivos à formalização para garantir proteção e valorização do saber tradicional.

Palavras-chave: Proteção do artesanato. Patrimônio imaterial. Propriedade intelectual.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Autores(as): Guilherme Máxima, Guilherme Da Cunha, Guilherme Bernardino, Ryan Schmidt Borchardt, Thayla Ribeiro, Wendreo Rocha, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

A violência doméstica no Brasil continua sendo um problema grave e persistente, afetando principalmente as mulheres. Enraizada em valores patriarcais, ela se repete em ciclos difíceis de romper. Apesar de avanços legais como a Lei Maria da Penha, ainda há falhas estruturais e institucionais. Normas culturais, culpabilização da vítima e ausência de ações eficazes do Estado contribuem para a continuidade da violência. O enfrentamento exige ações conjuntas do governo e da sociedade, com foco na educação, apoio e proteção às vítimas.

Palavras-chave: Violência doméstica. Patriarcado. Lei Maria da Penha. Proteção às vítimas.

DIREITOS HUMANOS E SISTEMA CARCERÁRIO

Autores(as): Arthur Moraes, Isabelle Ferreira, Karoline Alves, Raphaela Fernandes, Rubens Eduardo da Silva, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

O sistema carcerário brasileiro sob a ótica dos direitos humanos, evidenciando a contradição entre as garantias constitucionais e a realidade prisional. Destaca a superlotação, a insalubridade, a violência e a omissão estatal como fatores que violam a dignidade dos presos. Aponta que a população carcerária é composta majoritariamente por homens negros e pobres, refletindo desigualdades sociais. O STF reconheceu o “estado de coisas inconstitucional” nas prisões, mas medidas efetivas ainda são limitadas. O texto defende reformas estruturais, penas alternativas e políticas de reintegração como caminhos para transformar esse cenário.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Garantias constitucionais. Estado de coisas inconstitucional. Reformas estruturais.

MULHERES TRANS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENAL

Autores(as): Ashley Coelho, Lohayne Antunes, Sofya Souza, Thais Ramos, Thasiany Silva, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

O texto aborda a vulnerabilidade extrema de mulheres trans e travestis no sistema prisional brasileiro, destacando a marginalização social, a violência institucional e a falta de políticas públicas adequadas. Relata como o modelo prisional binário ignora suas identidades de gênero, resultando em abusos físicos, psicológicos e ausência de cuidados de saúde. Destaca avanços normativos recentes, como a Resolução CNJ nº 348/2020, que reconhece a identidade de gênero e permite a escolha do local de cumprimento da pena. Traz também histórias reais que humanizam a problemática. Conclui que a efetiva garantia dos direitos humanos exige reformas estruturais e programas específicos de inclusão, saúde e ressocialização.

Palavras-chave: Mulheres trans e travestis. Sistema prisional. Marginalização. Direitos humanos.

ENCARCERAMENTO FEMININO

Autores(as): Josimar Oliveira Dias-Jéssica Ingrid Prudêncio Gomes-Joice Ribeiro da Silva-Mariana Ferreira sena oliveira-Daniele Santana dos Santos, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

Trata do encarceramento feminino no Brasil, destacando o crescimento acelerado da população carcerária de mulheres, majoritariamente negras, pobres e com baixa escolaridade. A pesquisa revela graves violações de direitos, como superlotação, falta de higiene, ausência de assistência médica e separação forçada entre mães e filhos. Denuncia-se a precariedade das prisões e a falha na aplicação de políticas de ressocialização. Mesmo com avanços legais, como a Lei nº 14.326/2022 e o Plano “Pena Justa”, a estrutura prisional ainda desconsidera as especificidades de gênero. O texto defende reformas e alternativas penais que respeitem a dignidade humana.

Palavras-chave: Encarceramento feminino. Graves violações de direitos. Plano “Pena Justa”. Dignidade humana.

POPULISMO PENAL

Autores(as): Keucilane C Gama, Gabriela S Santos, Victor Hugo Rangel, Isabely Santos, João Victor Milagre, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

Aborda o conceito de populismo penal, explicando como o medo coletivo da criminalidade é manipulado por discursos políticos e midiáticos para justificar o endurecimento das leis penais e o encarceramento em massa. Essa prática viola princípios constitucionais e ignora as causas estruturais da violência. A seletividade penal afeta principalmente jovens negros e pobres, reforçando desigualdades e a exclusão social. A mídia e as redes sociais amplificam o punitivismo. O documento propõe sete medidas para conter esse fenômeno, incluindo controle de constitucionalidade, análise de impacto legislativo e expansão das penas alternativas. O texto conclui que apenas reformas profundas poderão restaurar os princípios do Estado Democrático de Direito

Palavras-chave: Populismo penal. Seletividade penal. Punitivismo. Estado de Direito.

RACISMO E SISTEMA PENAL

Autores(as): Gabriel Borges, Ary Neto de Almeida Estevam, Hugo Alves Miranda Florentino, Nina Kolos, Lara Gabriela Barbosa, Caio Lúcio Andrade Gomes Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

O texto discute o racismo estrutural no sistema penal brasileiro, com foco na seletividade punitiva que atinge desproporcionalmente pessoas negras e periféricas. Aborda como o etiquetamento social reforça estigmas e legítimas prisões preventivas direcionadas a esse grupo. Destaca o impacto da prisão provisória e o encarceramento em massa como formas de exclusão e controle social. O caso de Breno Borges é citado para evidenciar o tratamento diferenciado de pessoas brancas e de classe alta. O texto propõe reformas legais, fortalecimento de instituições e práticas como justiça restaurativa para promover um sistema mais equitativo.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Sistema penal. Prisão preventiva. Encarceramento em massa.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Autores(as): Bárbara Garcia Jandes, Leidi dos Santos Negrine, Matheus Brito Sabino, Kamila Zanetti, Eduarda Araujo, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

Trata-se de uma análise crítica sobre a proposta de redução da maioridade penal no Brasil, abordando seus impactos sociais, jurídicos e penitenciários. O estudo conclui que a medida não reduziria a criminalidade juvenil, podendo apenas sobrecarregar o sistema penal. Destaca-se que políticas preventivas, como educação e reintegração social, são mais eficazes na redução da violência. O trabalho utilizou pesquisa bibliográfica e documental, e defende abordagens integradas e humanizadas, em vez de mudanças legislativas punitivistas. A conclusão reforça que a solução passa pela prevenção, não pela punição.

Palavras-chave: Redução da maioridade penal. Sobrecarga do sistema penal. Políticas preventivas. Abordagens integrativas e humanizadas.

IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autores(as): Thaynara Reis, Rayane Costa, Sofia Barcelos, Robert Kavinsky, Bernardo Dantas Barcelos, Iana Penna, Eduardo Santos Arcos, Pedro Carvalho Goularte, Mariana Mutiz de Sá

RESUMO

O trabalho analisa a situação das mulheres trans e travestis no sistema prisional brasileiro, destacando a marginalização histórica, a ausência de dados oficiais e a violência sistemática que enfrentam, especialmente quando alocadas em presídios masculinos. Fundamentado em legislações como a Resolução CNJ nº 348/2020 e diretrizes internacionais, o estudo denuncia a precariedade no acesso à saúde, educação e respeito à identidade de gênero. Aponta ainda a escassez de alas específicas, a negligência nos tratamentos hormonais e o despreparo de profissionais. Propõe medidas como capacitação, protocolos clínicos e ações afirmativas para garantir dignidade e reintegração social dessa população.

Palavras-chave: Violência sistemática. Precariedade. Identidade de gênero. Ações afirmativas.

rede de ensino
DOCTUM

